

Políticas educacionais como instrumentos de sustentação do capital: a privatização da educação básica no Brasil¹

Educational policies as instruments to support capital: the privatization of basic education in Brazil

Vânia de Menezes²

Jani Alves da Silva Moreira³

Resumo: O objetivo é analisar as diferentes configurações e padrões de ações implantadas no sistema educacional brasileiro desde a sua origem, que se caracteriza como instrumento de sustentação do Sistema Econômico vigente. Para tanto, nos apoiamos na reconstrução histórica deste processo, assim também como na bibliografia disponível e em documentos oficiais, tais como, a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Constituição Federal de 1988, que por sua vez, legitimam o processo. A intencionalidade do estudo perpassa pela compreensão do processo histórico da educação como instrumentalização ideológica da classe dominante em prol da privatização. Destacamos que, ao discorrer sobre o problema, “as políticas educacionais como instrumentalização e sustentação do sistema econômico”, evidencia-se sobre a importância deste, nas discussões ainda pertinentes e atuais no campo educacional, uma vez que, os resultados identificaram sujeitos empresariais que entram em cena e criam estratégias, para ocupação e legitimação dos seus interesses neste espaço.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Educação Básica. Sistema Econômico. Privatização.

Abstract: The objective is to analyze the different configurations and patterns of actions implemented in the Brazilian educational system since its origin, which is characterized as an instrument of support of the current Economic System. To do so, we rely on the historical reconstruction of this process, as well as on the available bibliography and official documents, such as Law 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) and the Federal Constitution of 1988, which in turn time, legitimize the process. The purpose of the study permeates the understanding of the historical process of education as ideological instrumentalization of the ruling class in favor of privatization. We emphasize that, when discussing the problem, "educational policies as instrumentalization and support of the economic system", it is evident about its importance, in the still relevant discussions and in the educational field, since

¹ O artigo aqui apresentado de forma revisada, é uma produção individual fundamentado em 70% nas referências bibliográficas indicadas e (sugeridas durante as aulas) pela disciplina “Políticas Educacionais e a Relação Público-Privada na Educação Básica: Tópicos Especiais em Educação II”, ofertada no 2º semestre de 2022, pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Cientista Social (2007) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Pedagoga (2017) pela Faculdade de Tecnologia Machado de Assis (FAMA-CWB); Professora Especialista em Docência do Ensino Superior (2012), Educação Especial (2013) pela Faculdade de Tecnologia América do Sul e professora Especialista em Educação do/no Campo (2013) pela Faculdade Eficaz. Docente em exercício na área de educação na disciplina de Sociologia, vinculado a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR) pelo Núcleo Regional de Educação de Maringá-PR (NRE), com ênfase em sociologia, antropologia e ciências política (2010-2022); Educadora Infantil em exercício vinculado a Secretaria Municipal de Educação de Sarandi-PR (SEMED), com ênfase em Pedagogia da educação (2019/2022) – e-mail: vaniarpm@yahoo.com.br

³ Prof.^a Dr.^a pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP). Programa de Pós-graduação em Educação (PPE) e Líder do Grupo de estudos e pesquisa em políticas educacionais, financiamento e gestão da educação - GEPEFI/CNPq. – e-mail: jasmoreira@uem.br

the results identified business subjects who enter the scene and create strategies to occupy and legitimize their interests in this space.

Keywords: Educational policies. Basic education. Economic System. Privatization.

A finalidade deste trabalho foi pontuar e discutir algumas Políticas/programas que acentuam o processo histórico da educação como instrumentalização ideológica da classe dominante em prol a privatização da Educação básica pública brasileira como instrumento de sustentação do Sistema Econômico vigente.

É necessário, primeiramente, compreender que privatização designa a transferência de atividades e responsabilidades dos órgãos públicos para as organizações privadas (BELFIELD; LEVIN, 2004). Ou seja, o processo de privatização transfere do Poder público a responsabilidade pela Educação e outras áreas sociais para o setor privado.

Estabeleço, com base nos períodos históricos analisados, como a educação no Brasil ao longo dos anos foi ideologicamente instrumentalizada em prol da privatização. A própria história da constituição do fundo público é permeada pelas disputas de interesses, que ao invés de terem se sedimentado, acirraram e aprofundaram as desigualdades educacionais no Brasil, presentes desde a colônia e que podem ser atestadas no contexto atual (ADRIAN; & MOCARZEL, 2022). Ao relacionar esta afirmativa, com o objeto desta tese, que visa aprofundar as políticas educacionais como instrumentalização e sustentação do sistema econômico. É necessário responder ao questionamento: Quais são as próximas políticas/programas que legitimará a privatização como suporte do atual capitalismo financeiro que por sua vez, criam novos Decretos e fundos, que apontam novas conjunções, assim como sujeitos empresariais que entram em cena e criam estratégias, para ocupação e legitimação dos seus interesses neste espaço? Para, G. Rikowski, a privatização na educação não é essencialmente sobre educação. Trata-se do desenvolvimento do capitalismo e do aprofundamento do domínio do capital em instituições específicas (escolas, faculdades, universidades etc.) na sociedade contemporânea. (Rikowski, 2017).

A metodologia adotada foi à pesquisa bibliográfica histórica com base em diversas fontes e pesquisa documental apoiada nos documentos oficiais, tais como, a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Constituição Federal de 1988, que por sua vez, legitimam o processo. A análise demonstra que a estrutura capitalista apresentada sempre definiu a função da escola como formadora de sujeitos com um perfil que atenda aos interesses hegemônicos de produção, ou seja, as reformas

educacionais no Brasil sempre fizeram e fazem parte de um projeto de expansão do capital, sempre houve privatizações (repassa das verbas públicas destinadas às instituições privadas), desde sua colonização.

O artigo está estruturado da seguinte forma: essa introdução com a apresentação da análise proposta; na seção dois abordaremos o tema políticas educacionais como instrumentos de sustentação do capital – A privatização da educação básica brasileira, destacando a reconstrução histórica deste processo; na seção três destacando as pesquisas realizadas na área da Educação evidenciando sua trajetória como instrumento de consolidação e fortalecimento do Capital; na quarta seção, analisaremos o papel da educação no sistema capitalista que por sua vez, é o de promover o desenvolvimento econômico e, nesse sentido, a educação também se constitui em capital, em meio de produção que visa contribuir para o aumento das taxas de lucros. Por fim, na quinta seção, esboçaremos as considerações sobre este artigo, desdobrando a temática à luz da teoria que empreendemos na análise, a fim de interpretarmos a proposta do material, buscando compreender que a estrutura capitalista apresentada, sempre definiu a função da escola como formadora de sujeitos com um perfil que atenda aos interesses hegemônicos de produção e que a mesma ocupa um papel estratégico no projeto neoliberal ainda operante na conjuntura atual do capitalismo financeiro que por sua vez, criam novos Decretos e fundos, que apontam novas conjunções, assim como sujeitos empresariais que entram em cena e criam estratégias, para ocupação e legitimação dos seus interesses neste espaço.

O artigo está tecnicamente correto, apresentando à legislação pertinente a matéria e a teoria acerca do tema privatização da educação no Brasil. O resumo sintoniza o leitor sobre o que será tratado no artigo e apresenta os documentos utilizados na pesquisa, sintetizando a abordagem da qual discorrerá no corpo do mesmo.

Contribuições

Este artigo tem por objetivo analisar as diferentes configurações e padrões de ações implantadas no sistema educacional brasileiro desde a sua origem, que se caracteriza como instrumento de sustentação do Sistema Econômico vigente. Pautado em referências teórico-metodológicos, como a pedagogia histórica-crítica e a psicologia histórico-cultural, que tem por base epistemológica e ontológica o Materialismo histórico-dialético.

No que tange à pesquisa bibliográfica, serão realizadas um levantamento bibliográfico de teses, dissertações, artigos e documentos, com base em autores da área das políticas educacionais brasileiras e privatização, dentre eles, Teresa Maria de Freitas Adrião, Gaudêncio Frigotto, Daniela de Oliveira Pires,

José Marcelino de Rezende Pinto, dentre outros, assim também como em documentos oficiais como a Constituição Federal de 88, a LDB, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, decretos deliberações e resoluções até o presente momento.

Assevera-se que no contexto atual a relevância de estudos que decifram os objetivos e a finalidades das políticas educacionais, no âmbito internacional e nacional, entre a esfera do público e do privado, a exemplo da trajetória do sistema educacional brasileiro, sendo assim, o artigo é relevante para as áreas de história, educação e direito, pois, a escolha do tema possui como justificativa a necessidade de se analisar a trajetória histórica de formação da relação público-privado e a sua influência no processo de privatização, procurando nos auxiliar na compreensão dos antecedentes da educação como instrumentalização ideológica da classe dominante.

A relevância da presente temática, esta no fato de que é possível compreender as reformas pelas quais passou o ensino que sempre teve interferência do setor privado e que a formação do indivíduo está voltada para servir aos interesses do capital. A revisão da literatura apresenta os pensamentos dos diversos teóricos sobre a educação e seus resultados são de sua importância nas discussões ainda pertinentes e atuais no campo educacional, por evidenciar sujeitos empresariais que entram em cena e criam estratégias, para ocupação e legitimação dos seus interesses neste espaço.

A construção histórica do sistema educacional brasileiro

A educação durante o Período Colonial (1500-1822)

A leitura em primeira mão deste trabalho, permite de imediato afirmar que estamos diante de uma pesquisa muito bem estruturada, consistente e necessária para compreensão do processo histórico da educação como instrumentalização ideológica da classe dominante em prol a privatização. A pedagogia histórico-crítica compreende que a escola é determinada socialmente e que a sociedade, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos, portanto, a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade.

Conforme o próprio Marx (1964, p. 159), o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz.

Historicamente, a educação sempre foi vista e “usada” como elemento central na construção do novo modelo econômico e novo padrão de competitividade entre os países. Ao construirmos a linha do tempo de sua trajetória, a mesma aparecerá como instrumento de disseminação das ideologias dominantes.

Onde predominava o capital comercial, implanta por toda a parte um sistema de saque, e seu desenvolvimento, que é o mesmo nos povos comerciais da Antiguidade e nos tempos modernos, se acha diretamente relacionado com os despojos, pela violência, com a pirataria marítima, o roubo dos escravos e a submissão; assim sucedeu em Catargo e em Roma, e mais tarde entre os venezianos, os portugueses, os holandeses, etc... (MARX, 2001, p368.)

O economista alemão Karl Marx desenha perfeitamente este cenário ao descrever as características da expansão do Capital. Se aprofundarmos em sua tese, fica evidente que a pedagogia jesuítica, organizado no século XVI com propósitos contra-reformistas, inculca a ideia de exploração de uma classe sobre a outra e a escravidão como “natural”, necessário para o desenvolvimento econômico da sua época.

Dando continuidade a naturalização da divisão de classes e expansão do capital. No século XVIII com o advento da filosofia iluminista, sobretudo aquela que se desenvolveu na Europa. As reformas pombalinas tiveram grande impacto nas colônias portuguesas, por caracterizar, centralizar e selecionar o público que têm direito a educação, haja vista que, antes administradas por missionários, a partir destas reformas, o “conhecimento” dominado e monopolizado pela elite da época, passou a ser de responsabilidade do Estado Português, com a criação das aulas régias, isto é, aulas que eram ministradas por professores que eram nomeados pelo governo.

O que pretendia promover o Ministro Marquês de Pombal foi à substituição dos tradicionais métodos pedagógicos instituídos pela Companhia de Jesus, por uma nova metodologia educacional, condizente com sua realidade e o momento histórico vivenciado. Ou seja, pretendia que as escolas portuguesas tivessem condições de acompanhar as transformações que estavam ocorrendo no século. (Shigunov Neto, A., Strieder, D.M., & Silva, A.C. da. 2019)

Com esse modelo de educação pombalino, deu-se ênfase aos estudos menores de aprendizagem, que se tornava mais rápida e eficaz. O objetivo último era preparar uma elite necessária para fins econômicos e políticos, pela qual ansiava o Estado. Na virada do século XVIII para o século XIX, tornou-se muito comum a elite local da colônia do Brasil enviar seus filhos para a cidade de Coimbra, em Portugal, com o intuito de completarem a sua formação.

Cabe destacar aqui, o cenário internacional neste período, a Inglaterra, por exemplo, passava por um grande desenvolvimento tecnológico que teve início na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII e que se espalhou pelo mundo, causando grandes transformações. Ela garantiu o surgimento da indústria e consolidou o processo de formação do capitalismo, e não obstante a educação no Brasil entre as inúmeras relações de poder produzidas e articuladas neste contexto, evidencia aqui as verdadeiras intencionalidades da educação pombalina ao preparar a elite como classe dominante dando continuidade aos projetos coloniais.

A produção capitalista não é meramente a produção de mercadorias, é essencialmente a produção de mais-valia. O trabalhador produz, não para si mesmo, mas para o capital. Já não basta, portanto, que ele simplesmente produza. Ele deve produzir mais-valia. Esse trabalhador sozinho é produtivo, ele produz mais-valia para o capitalista e, portanto, trabalha para a auto-expansão do capital. (Marx, 1867, p.477).

Como se pode ver na citação sobre “o mais elevado desenvolvimento do capital” (Marx, 1867, p.477), Marx descreveu o processo de capitalização, onde aspectos e áreas da vida tornam-se subjugados pelo capital e funcionam como valor e mais-valia – gerando locais e práticas. A Reforma Pombalina tinha como objetivo tácito, combater os males advindos do ensino monástico para os interesses econômicos e políticos do Estado, criando assim uma escola que, antes de servir à fé, servisse aos imperativos da Coroa.

A educação no período imperial (1822- 1889)

Após a chegada da Família Real, em 1808, o Brasil apresentou desenvolvimento cultural considerável devido ao fato da necessidade de criar uma “falsa” ideia com relação à “ostentação” da família real, no entanto, o direito à educação permanecia restrito a alguns. O objetivo fundamental da educação no Período Imperial era a formação das classes dirigentes, ainda que a primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, garantia apenas, em seu Art. 179, “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”. (SOUZA, J.C.S. de; SANTOS, M.C. 2019)

No ano de 1827, uma lei determinou a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares e vilas, além de escolas para meninas, embora nunca concretizadas anteriormente, porém dado o contexto, não podemos desconsiderar a expansão territorial do sistema de ensino. (SOUZA, J.C.S. de; SANTOS, M.C. 2019)

Dando continuidade ao projeto instalado de ensino nesta época, de acordo com (SOUZA, J.C.S. de 2018), o ato adicional de 1834 e a Constituição de 1891 descentralizaram o ensino, mas não ofereceram condições às províncias de criar uma rede organizada de escolas, o que acabou contribuindo para o descaso com o ensino público e para que ele ficasse nas mãos da iniciativa privada, acentuando ainda mais o caráter classista e acadêmico, gerando assim um sistema dual de ensino: de um lado, uma educação voltada para a formação das elites, com os cursos secundários e superiores; de outro, o ensino primário e profissional, de forma bastante precária, para as classes populares.

A privatização na educação não é essencialmente sobre educação. Trata-se do desenvolvimento do capitalismo e do aprofundamento do domínio do capital em instituições específicas (escolas, faculdades, universidades etc.) na sociedade contemporânea. (RIKOWSKI, 2017, p. 393).

De acordo com Rikowski, a privatização é a essência do capital, e a educação esta particularmente em primeiro plano neste projeto em expansão. Para o cientista, o trabalho teórico atual sobre a privatização da educação é inadequado como ponto de partida para entender o que está em jogo na crítica da privatização educacional enquanto desenvolvimento capitalista.

A educação durante a primeira republica e a revolução de 30

Para SOUZA & SANTOS (2019), o modelo educacional que privilegiava a educação da elite, em detrimento da educação popular, é posto em questão na Primeira República. Mas os ideais republicanos que pretensamente alimentavam projetos de ver um novo Brasil traziam, intrinsecamente, resquícios de um velho tempo, cujas bases erguiam as colunas da desigualdade social, em que estava de um lado à classe pobre, posta como segundo plano, e de outro a classe dominante, expandindo cada vez mais os seus privilégios.

Dando continuidade ao projeto em expansão de educação voltada à classe dominante, SOUZA (2018) afirma que na Revolução de 30, houve significativos avanços para as classes mais populares com o Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, criando o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação dos estados (1932), com o ideal de educação obrigatória, gratuita e laica. Todavia, junto a esta, também surgiram vários projetos, discussões importantes que deram origem à Constituição de 1934, que visava à organização do ensino brasileiro, fortemente associada ao projeto econômico desenvolvimentista, com

inserção de novas modalidades de ensino técnico profissionalizante, como o ensino industrial e agrícola, de nível médio.

Vale destacar aqui, novamente a disseminação da ideologia das classes dominantes na reformulação do ensino, ao buscarem ações que caracterizam o mesmo como instrumento de sustentação do Sistema Econômico vigente.

[...] Com o final do período da Primeira República nos anos 1930, o país passa a incorporar definitivamente os valores liberais, principalmente quando se relaciona com a necessidade de fomentar o desenvolvimento econômico, visando à superação do “atraso econômico-industrial” caracterizado pelos primeiros anos republicanos. Não se pode deixar de evidenciar que internacionalmente o capitalismo encontrava-se consolidado nos países hegemônicos, ocasionando um aprofundamento na relação de dependência entre os países, surgindo uma correlação de forças determinada pela polaridade entre os desenvolvidos x subdesenvolvidos, voltada para os interesses estrangeiros e que restringia a possibilidade de construção de um projeto econômico e político autônomo. (PIRES, 2015, p. 97 - 98).

As contribuições de Pires são de suma importância, ao notarmos que a cientista consegue captar a ideologia dominante explícita nas ações dos agentes envolvidos na implantação e implementação do novo sistema de ensino da época. Uma vez que, na tese da pesquisadora, a educação é impulsionada pelas forças em relação a assumir o papel que historicamente, e até o momento, havia desenvolvido a legitimação dos interesses privados, baseada em uma visão meramente utilitarista.

A educação durante o Estado Novo até o Regime Ditatorial (1937- 1985)

SOUZA & SANTOS (2019) chama atenção, que com o fim do Estado Novo, o país retornou à normalidade democrática e passava a adotar uma nova Constituição. Na área educacional, a Constituição de 1946 estabelecia alguns direitos garantidos pela Constituição de 1934 e suprimidos pela Constituição do Estado Novo. A educação como direito de todos está claramente expressa em seu Art. 166. O Art. 167 expressa que o ensino deverá ser ministrado pelos poderes públicos, embora livre à iniciativa particular, respeitando-se as determinações legais.

Para que o direito à educação fosse realmente assegurado, a Constituição destinava, em seu Art. 167, 10% do orçamento da União e 20% do estado, que, embora insuficientes, representavam um avanço para que esse direito fosse assegurado. Contudo, “apesar da mudança de regime e da Nova Constituição, a legislação educacional herdada do Estado

Novo vigorou até 1961, quando teve início a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (PILETTI, 1991, p. 99).

Vale mencionar aqui que até a aprovação da LDBEN/61 transcorreu um período de 13 anos (1948-1961). A década de 1960 caracterizou-se pelo fortalecimento dos movimentos de esquerda nos países do Ocidente, tanto no plano político, quanto no ideológico. Nessa altura há um desdobramento de projetos culturais e ideológicos alternativos lançados durante os anos 50.

Para SOUZA & SANTOS (2019) no Brasil, a luta pela escola pública gratuita intensificou-se significadamente neste período. Numerosas campanhas com participação popular reivindicavam a ampliação e a melhoria do atendimento escolar, para que de fato a norma constitucional “a educação é um direito de todos” fosse consolidada. No entanto com o Regime Ditatorial que deu início em 1964, a ideologia disseminada no Ensino público estava voltada a doutrinação nos currículos escolares. Os militares não descuidaram do ensino técnico, incentivando-o no então chamado segundo grau para obter a mão-de-obra qualificada de que necessitavam as empresas. O governo também apoiou iniciativas privadas no sentido de formar mão-de-obra barata, para atender as demandas do mercado.

A educação no Brasil após 1985

Segundo TORRES (2015), o Estado Democrático de Direito a Constituição não é mero instrumento de organização do poder, como foram às constituições dos estados liberais, e não se restringe por uma separação entre público e privado, numa exaltação ao “mercado”, com eliminação do Estado. Pelo ao contrário, nesse contexto, as normas reguladoras do mercado, mediante a intervenção estatal normativa ou de atuação direta, são informadas pelos modelos do novo Estado Democrático de Direito.

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, na qual se preocupou estabelecer direitos fundamentais à sociedade, como direitos trabalhistas, trouxe também debates quanto ao sistema educacional, que ainda buscava livre iniciativa, voltada aos interesses do mercado, assim também como na valorização do trabalho humano como mão de obra barata.

Nesse contexto, é possível afirmar que a relação entre o sistema educacional brasileiro e o capital mundial tem fortes ligações e dificilmente será possível analisá-los separadamente, pois, a educação assume o papel de agente responsável pela preparação da mão de obra para atender a demanda vigente.

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. (FRIGOTTO, 2010, p.28)

Para o autor, o perfil de trabalhador deve atender aos anseios do capitalismo, que seja completamente dedicado ao sucesso da indústria/empresa em que está inserido. Mediante ao contexto, a escola em sua relação com o capitalismo reproduz uma educação como um complexo que serve para a reprodução social, na sociedade de classes. Assim sendo, a classe dominante faz da educação, um espaço fecundo para a disseminação de seus ideais e dos seus interesses.

A trajetória da educação como instrumento de consolidação e fortalecimento do capital.

Ao percorrer a trajetória da educação no Brasil nos damos conta do tipo de estrutura econômica, ideológica e moral que domina as relações sociais. Nota-se uma perversa inversão: em vez de a educação servir à vida, a educação que passa a servir ao trabalho. Para que se possa manter o atual regime de produção e conseqüentemente a imensa concentração de riqueza que caracteriza o mundo atual, pessoas são preparadas, convencidas e coagidas a dar sustentação à estrutura financeira do capital.

Vale lembrar que, a escola em sua relação com o capitalismo reproduz uma educação como um complexo que serve para a reprodução social, na sociedade de classes. Assim sendo, a classe dominante faz da educação, um espaço fecundo para a disseminação de seus ideais e dos seus interesses.

O sistema capitalista, desde suas origens no final do século XV e início do século XVI, sofreu diferentes transformações, passando de um modelo transitório da crise do feudalismo a um complexo modelo de economia e sociedade. Tais transformações ocasionaram profundas produções e transformações socioespaciais, que, em partes, refletiram tanto as modificações nas técnicas e nos modelos produtivos quanto resguardaram em si as heranças dessa dinâmica.

PIRES (2015) enfatiza que o direito à educação sempre foi mencionado em todas as Constituições brasileiras, entretanto, devido a uma série de fatores, dentre eles o momento histórico e as conjunturas político-sociais próprias de cada época, cada Carta Constitucional tratou a questão da educação a começar das transformações sociais pelas quais o país atravessava.

Para PIRES (2015), no Brasil, os Jesuítas (delegados pelo Estado) tinham como função a exclusividade do exercício do magistério público, exercendo o papel de responsáveis pela ideia da

“naturalização” da exploração de uma classe sobre a outra e a escravidão como necessário para o desenvolvimento, contribuindo de certo modo a perpetuar as desigualdades entre as classes sociais e obtenção de lucros, correspondendo ao capital corrente e a segunda fase corresponde ao período imperial até o fim da república velha, com a expulsão dos jesuítas que exerciam a função do magistério significava naquele período uma reestruturação do capital vigente denominado como Capitalismo Industrial, iniciado em meados do século XVIII na Inglaterra. A luta por matérias-primas, transformadas depois em mercadorias industrializadas, intensificou-se ao longo do globo, e a Divisão Internacional do Trabalho foi assim estruturada: de um lado, as colônias atuando como fornecedoras de matérias-primas e produtos primários em geral; do outro lado, as metrópoles e países industrializados como fornecedores de mercadorias.

Nesta segunda fase, o sistema educacional em nosso país foi impulsionado pelas forças em relação a assumir o papel que historicamente, e até o momento, havia desenvolvido a legitimação dos interesses privados, baseada em uma visão meramente utilitarista, o momento histórico exigia uma formação pedagógica que colaborasse e expandisse a difusão do pensamento econômico liberal da época.

E por fim, a terceira fase da educação brasileira, corresponde à introdução do capitalismo financeiro marcada pelo protagonismo exercido pela especulação financeira e pela bolsa de valores, que passou a ser uma espécie de “termômetro” sobre a economia de um país. Basicamente, essa fase do capitalismo estruturou-se com a formação do mercado de ações e a sua especulação em termos de valores, taxas, juros e outros.

Importante mencionar, que o Capitalismo Financeiro, também conhecido como Capitalismo Monopolista – é a fase do sistema capitalista caracterizada pelo crescimento da especulação financeira em torno de ações de empresas, juros, títulos de dívidas e outras formas de crédito que se transformaram em mercadorias, sendo comercializadas como tais. Diz-se que sua origem foi gradativa e ocorreu ao longo do final do século XIX e início do século XX, estendendo-se até os dias atuais.

Novamente aqui, assistimos a educação cooperando com o processo de consolidação e expansão do capital, com a Constituição de 1934 até hoje, as transformações históricas e a inserção do Brasil na Nova Ordem Mundial, engloba o período compreendido pelas reformas da educação nacional, pautadas pela pedagogia do capital humano (concepção produtivista de educação), mesmo com a aprovação e implementação da nova LDB (Lei no. 9394/96) e as importantes manifestações sociais que aparecem ao longo da história.

Resultados e discussão

Podemos compreender que o marco para a consolidação do Capitalismo Financeiro foi o gradativo processo de transformação das empresas em ações, ou seja, a fragmentação dos títulos dessas empresas em várias ações que são comercializadas livremente. Os detentores da maior parte desses documentos, os sócios majoritários, são os que tomam as principais decisões, bem como aqueles que acumulam a maior parte do lucro dessas empresas.

Ao analisarmos a trajetória do sistema educacional brasileiro, vamos perceber que ambos caminham juntos (educação e capital), para os que pensam e implementam a educação em nosso país, oferecer uma educação de qualidade para todos, e atender às novas solicitações de formação de cidadania impostas pelas mudanças econômicas, políticas e tecnológicas presentes em nossa sociedade é uma meta a ser alcançada.

Para Pinto (2016), a destinação de recursos públicos para o setor privado de ensino remonta às origens do país. Afinal, com as caravelas portuguesas chegam também os padres jesuítas e seu sistema de ensino, cujo financiamento, usando uma linguagem atual, se configurava claramente como uma parceria público-privada.

De acordo com informações retiradas do site da UNICEF (2022), sobre “A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990), notaremos que, desde a Conferência, realizada na Tailândia, que na qual reuniu os nove países com maior taxa de analfabetismo do mundo (Brasil, Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão), ações foram pensadas para a consolidação dos princípios acordados na Declaração de Jomtien. Após a Conferência, o MEC realizou uma série de seminários técnicos, em convênio com o Banco Mundial, com o objetivo de discutir propostas e alternativas de reforma do sistema brasileiro de educação básica. Esses organismos patrocinaram estudos e pesquisas no sentido de cooperação técnica para reorientar a organização dos sistemas de ensino em alguns estados da federação.

Se observarmos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 12i, ao estabelecer as competências dos estabelecimentos de ensino, destaca a elaboração e execução do projeto pedagógico e a gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais. Cabe destacar neste trecho abaixo a afirmação de PIRES (2015) que nos dá à conclusão de que, o principal documento norteador da educação já foi pensado e implementado com objetivos que favoreçam o capitalismo financeiro.

Em síntese, a relação público-privada na educação é parte constitutiva do movimento estruturante do Estado nacional e da constituição da esfera pública, no qual historicamente estiveram aliados aos interesses dos grupos sociais hegemônicos e o desenvolvimento econômico do capitalismo, com predomínio da lógica do patrimonialismo e do clientelismo. (PIRES, 2015, p. 248).

Para PIRES (2015) fica em transparência que ao examinar a trajetória da educação no Brasil, é possível cruzar práticas antigas com atuais de interesses mercadológicos e financeiros em todas as fases de seu desenvolvimento e implementação, que por sua vez, cumprem o papel de direcionar as ações voltadas para o fortalecimento do sistema vigente.

Em 1996, o Governo Federal elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais, estabelecendo diretrizes para a estruturação e a reestruturação dos currículos escolares de todo o Brasil em função da cidadania do aluno e de uma escola realmente de qualidade. Contudo, ainda falta muito para que o texto legal realmente se consolide.

Por mais que se tenha evoluído, a educação brasileira ainda apresenta características reacionárias e alienantes, contribuindo significativamente para a formação de seres passivos, eximindo-se de compromisso de formar sujeitos, cidadãos ativos e conscientes. Por ser incapaz de organizar e ampliar a consciência crítica dos estudantes, essa educação se faz uma inutilidade formal, ainda que cheia de discursos sobre a importância e o valor do conhecimento crítico e de atenções para fazer uma educação política. (SOUZA, & SANTOS, 2019 p.04).

Segundo Souza & Santos (2019), por mais que as leis indicassem mudanças, a realidade pouco se alterava; a educação, com toda a sua magnitude, destinou-se a beneficiar a classe dominante em detrimento das classes populares, contribuindo para formar “objetos”, quando deveria formar sujeitos da História. Mais uma vez se evidencia que, as políticas/programas educacionais pensadas e implementadas no Brasil desde a sua origem, dão suporte ao sistema econômico vigente.

Considerações finais

A leitura permite fazer uma retrospectiva de como foi conduzida a educação no período Colonial, Império, na República, no Estado Novo e Ditatorial, após 1985 até os tempos atuais, faz, ainda, um paralelo com os acontecimentos mundiais que de certa forma implicam as tomadas de decisões no Brasil. Não

obstante toda discussão realizada até aqui, de que a escola atua como reprodutora das relações sociais de produção, à medida que se encontra, historicamente, alinhada à lógica capitalista.

Desse modo, a estrutura capitalista apresentada sempre definiu a função da escola como formadora de sujeitos com um perfil que atenda aos interesses hegemônicos de produção. Para isso, a educação formal ao longo da história buscou legitimar o discurso da pedagogia das competências, educação politécnica, qualidade total, que ensejam um ensino/aprendizagem utilitarista e imediatista.

No que tange a pesquisa bibliográfica, as teses e documentos, com base em autores da área das políticas educacionais brasileiras e privatização, como, Teresa Maria de Freitas Adrião, Gaudêncio Frigotto, Daniela de Oliveira Pires, José Marcelino de Rezende Pinto, dentre outros, assim também como os documentos oficiais (CF 88, a LDB, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, decretos deliberações e resoluções até o presente momento), correspondem à intencionalidade do estudo que perpassa pela compreensão das políticas educacionais implantadas no Brasil que se caracterizam como instrumento de sustentação do sistema econômico vigente.

A partir dessas reflexões, concluiu-se que, a relação estabelecida entre capitalismo e educação, considerada por diferentes autores como prática social, se dá devido ao fato de ambos serem regidos pela lógica do capital e sua ideologia liberal.

Em outras palavras, o capital torna totalizantes as suas determinações, pensando a educação como instrumento ideológico, concebido como fator decisivo para a ascensão do Capital. Por isso, a educação como mercadoria é também evidência de uma cultura de consumo, assim também como expressão verdadeira da essência do capitalismo, ao se tornar desde sua gênese, a disseminação da ideologia da classe dominante, ou seja, as reformas educacionais sempre fizeram e fazem parte de um projeto de expansão do capital.

Por fim, ao discorrer sobre o problema, “as políticas educacionais como instrumentos de sustentação do capital- A privatização da educação básica no Brasil” é importante questionar: Quais são as próximas políticas/programas que legitimará a privatização como suporte do atual capitalismo financeiro em ascensão?

Cabe ressaltar aqui para melhor compreensão, a concepção de Capitalismo Financeiro, também conhecido como Capitalismo Monopolista (é a fase do sistema capitalista caracterizada pelo crescimento da especulação financeira em torno de ações de empresas, juros, títulos de dívidas e outras formas de crédito que se transformaram em mercadorias, sendo comercializadas como tais).

É necessário um esforço teórico de incorporação da historicidade como dimensão fundamental de uma análise crítica sobre a relação cada vez mais estreita entre o universo empresarial e o universo da educação, já apresentadas ao longo do texto, que por sua vez, apontam novas conjunturas que criam novos Decretos e fundos, tornando a educação como um espaço em disputa por sujeitos empresariais que entram em cena e criam estratégias, para ocupação e legitimação dos seus interesses neste espaço.

Uma última proposição, mas não menos importante, é a precisão da continuidade desta análise, com as diversas situações a serem analisadas na conjuntura atual (Capitalismo Financeiro e políticas educacionais no Brasil), tais como, os desdobramentos dos novos Decretos, a criação e extinção do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), a criação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), e atualmente a reformulação do Novo FUNDEB, dentre outros, que apontam novas conjunções a serem examinadas.

Referências

- ADRIÃO, T., Oliveira, R. P., & MOCARZEL, M. (2022). O público, o privado e o comunitário: Novas categorias administrativas para as escolas brasileiras e a disputa pelo fundo público na educação. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 30(128). <https://doi.org/10.14507/epaa.30.7172>
- BELFIELD, C. R.; LEVIN, H. M. *A privatização da educação: causas e implicações*. Lisboa: Edições ASA, 2004. Disponível em: < https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133075_por> Acesso 12 outubro 2022.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 12 outubro 2022.
- BRASIL. *Ministério da Educação*. Lei nº 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso 12 outubro 2022.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em < <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/401/170>>. Acesso 15 outubro 2022.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985-

1986. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/18632/pdf> > Acesso em 20 outubro 2022.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1964.

PIRES, Daniela de Oliveira. *A construção histórica da relação público-privada na promoção do direito à educação no Brasil*. Tese, doutorado em educação. UFRGS, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/117781> . Acesso em 20 de outubro 2022.

PILETTI, Claudino. *História da Educação no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

PINTO, José Marcelino. R. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v.37, nº134, p.133-152, jan.-mar., 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00133.pdf> >. Acesso em: 22 de outubro 2022.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017.

Disponível em <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/810>> Acesso em 12 de outubro 2022.

SHIGUNOV Neto, A., STRIEDER, D.M., & SILVA, A.C. da. (2019). A reforma pombalina e suas implicações para a educação brasileira em meados do século XVIII. *Tendências Pedagógicas*, 33, 117-126. doi: 10.15366/tp2019.33.009. Disponível em: <file:///C:/Users/pC/Documents/000MESTRADO%202022/000%20ARTIGO%20ENTREGAR/corre%C3%A7%C3%A3o%20Jani/Dialnet-AREformaPombalinaESuasImplicacoesParaAEducacaoBras-6828738.pdf>. Acesso em: 15 de Nov. 2022.

SOUZA, José Clécio Silva de; Educação e História da Educação no Brasil. *Revista Educação Pública*, publicado em 27 de novembro de 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>>. 15 de Nov. 2022.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Mathéus Conceição. Contexto histórico da educação brasileira. *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 12, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira>> Acesso em: 22 de outubro 2022.

TORRES, H. T. Relação entre Constituição Financeira e Constituição Econômica. *Revista internacional de direito público*: RIDP. Imprensa: Belo Horizonte, Fórum, 2015. Referência: v. 1, n. 1, p. 11–21, jul./dez., 2015. Disponível em: <
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5663916/mod_resource/content/1/RELA%C3%87%C3%83O%20ENTRE%20CONST%20FINANCEIRA%20E%20CONST%20ECON%C3%94MICA%202014%20%28REVISADA%29.pdf> 15 de Nov. 2022.

Endereços eletrônicos:

Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990). UNICEF, 2022. Disponível em: <
<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acesso em: 22 de outubro 2022.

Recebido em 29 de março de 2023 aceito para publicação em 14 de agosto de 2023. .



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.